

Editorial

Sem ilusões

A ideia da presidente do PSD de suspender a democracia por seis meses para se poder fazer “reformas verdadeiras”, foi atacada pelos adversários como uma falta de sentido democrático, foi disfarçada pelos adeptos como uma “ironia” e foi motivo de piadas por parte dos humoristas. Em todos os casos, o assunto foi tratado como uma questão da pessoa de Ferreira Leite.

Mas se recordarmos umas quantas declarações e actos recentes da cena política portuguesa teremos outro panorama. Ferraz da Costa, ex-patrão da CIP, defendeu a redução dos salários reais em 30%. Vítor Constâncio, presidente do Banco de Portugal, culpou os subsídios de desemprego pelo aumento do desemprego de longa duração. O presidente da Associação das PME ameaçou despedir 40 mil contratados a prazo se o salário mínimo aumentasse. Paulo Portas assanha-se contra o rendimento mínimo de inserção. A polícia visita as sedes dos sindicatos para contabilizar de véspera grevistas e manifestantes. O novo Código do Processo Penal dá mais escapatórias ao grande crime económico ao abreviar as investigações. As rugas policiais a bairros de pobres e de imigrantes faz as vezes de campanha contra o crime organizado. O Estado corta nas verbas sociais e aumenta os gastos com a defesa e as polícias. Especuladores e ladrões à beira da falência são sustentados com os milhões recolhidos na “luta contra o défice”.

A afirmação de Ferreira Leite não soa afinal tão isolada. Figuras variadas de uma mesma classe vão revelando, de diversos pontos de vista, a mesma aversão aos assalariados.

A acção do governo de Sócrates é a resultante prática desta frente unida. Uma resposta à altura exige que os trabalhadores entendam este confronto como aquilo que é – uma guerra de classes que exclui qualquer comunidade de interesses. Sem isto estar claro, continuaremos a perder terreno.

MUDAR DEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50€

Dezembro 2008 / número 12



Precisamos de uma vitória

A intransigência perante a luta dos professores é a única maneira que o governo tem de evitar uma derrota política. Sócrates sabe que uma cedência seria uma derrota e uma derrota enfraqueceria toda a política do governo. Mas esta é uma boa razão para dar todo o apoio aos professores.

A luta dos professores poderá dar um sinal da vulnerabilidade do governo que desperte outras lutas. Outros sectores de trabalhadores, desanimados por derrotas sucessivas, ou por resistências sem ganhos visíveis, podem esperar essa prova de que a acção de massas tem a capacidade de os fazer ganhar onde até agora têm perdido.

Página 3

CRISE a irracionalidade do capitalismo

A crise é o momento do acerto de contas. Há um abismo entre, de um lado, uma massa colossal de capital sem aplicação produtiva e um volume enorme de bens invendáveis; e, do outro lado, um poder de compra da população mundial muito menor, por força do desemprego e da perda de valor dos salários reais. Para o capitalismo, colmatar esse abismo significa destruir bens, destruir capital, destruir capacidade produtiva. É esse o sentido das falências, das fusões e encerramentos de empresas, das paragens e das reduções da

produção, dos despedimentos em massa que se verificam por todo o mundo.

O Estado acorre em defesa de empresários, de especuladores, de ladrões de alta-roda, protegendo os negócios e escondendo fraudes – como acontece com a SLN/BPN. Os factos conhecidos no caso SLN/ /BPN trouxeram à luz do dia, mesmo de forma limitada, os tentáculos do polvo que envolve muitos nomes do chamado bloco central (PSD e PS).

Páginas centrais e página 8

Prosseguir

Aos leitores e apoiantes do MV

Entre Outubro e Novembro, invocando divergências políticas que consideraram insanáveis, demitiram-se três dos membros da redacção deste jornal e ainda um membro da comissão de organização, todos eles do Colectivo Mudar de Vida. Apesar das propostas que lhes foram feitas para que tais divergências fossem expostas e debatidas diante de todos os membros do Colectivo, e não obstante a convocatória que lhes foi enviada, nenhum dos demissionários quis comparecer na assembleia realizada para o efeito em 22 de Novembro. Situações destas enfraquecem, sem dúvida, o projecto comum a que metemos ombros vai para dois anos.

Da parte dos que prosseguem com o Mudar de Vida há a consciência de que não recusaram qualquer debate – bem pelo contrário, procuraram, muitas vezes contra as mais diversas resistências dos que agora se demitiram, fazer da discussão política viva o centro da actividade do colectivo. De que não recusaram nenhuma tentativa de conciliação de posições – deparando contudo com não poucas atitudes individualistas, por vezes mesmo elitistas, que desrespeitavam regras comumente assentes. De que se bateram para que as orientações sobre a nossa actividade fossem resultado de decisões colectivas, debatidas e politicamente claras – opondo-se a que o MV fosse transformado num órgão dileitante, sem coluna vertebral, “controlado” por “pessoas de confiança”. De que sempre viram

na edição em papel do MV um instrumento indispensável para uma actividade militante – contra as propostas de o liquidar e de, na prática, reduzir a acção do colectivo à edição do jornal electrónico. Manteremos, pois, a publicação do MV-papel a par da edição *Internet*. Daremos continuidade aos propósitos enunciados no manifesto publicado no primeiro número do MV porque essa é a nossa carta política, a maneira de nos apresentarmos diante de todos sem ambiguidades. Continuaremos a bater-nos por um MV aberto, polémico, onde se cruzem as posições da esquerda revolucionária e os temas que interessam ao campo popular.

Alteração gráfica

Os problemas acima referidos impediram a saída da edição de Novembro e causaram o atraso do presente número. Pedimos a compreensão dos leitores, assegurando aos assinantes o envio dos números devidos por assinatura. Além disso, as dificuldades financeiras de manter um projecto como este, levam-nos a proceder a algumas adaptações. Para redução dos custos de impressão, o MV passará a adoptar apenas uma cor e terá 12 páginas, razões pelas quais houve que fazer algumas adaptações na imagem gráfica e na arrumação das secções.

Com o vosso apoio

Mais do que nunca, o MV precisa do apoio dos leitores. Todos compreenderão que um jornal como o MV, que não dispõe de funcionários nem de aparelhos de divulgação,



depende por inteiro do trabalho de quem decide apoiá-lo. Isto vale para a distribuição, para as assinaturas, para os apoios financeiros – e, bem assim, para a colaboração escrita.

Lançamos pois a todos os leitores um apelo:

- renovem as vossas assinaturas

- angariem novas assinaturas junto de amigos e colegas

- ajudem na difusão/venda com o número de exemplares que puderem, poucos que sejam

- enviem donativos

- enviem notícias, denúncias, críticas, textos de opinião.

O Colectivo Mudar de Vida

Encontro MV em Guimarães

Conforme anunciado no número anterior, realizou-se no dia 8 de Novembro, em Guimarães, um encontro/convívio de apoiantes e amigos do Mudar de Vida. Foi uma animada jornada de confraternização, com a participação de mais de 20 companheiros, que durou todo o dia.

O modelo de encontro originalmente pensado, de nível nacional, foi reduzido no seu âmbito, mas nem por isso deixou de cumprir a finalidade de convívio e de troca de ideias, volvido mais de um ano sobre a publicação regular do MV. Houve oportunidade para variados

debates. Desde logo, um balanço sobre a actividade do nosso jornal, bem como a situação criada pelas demissões verificadas na equipa redactorial. Mas, para além disso, foram trocados pontos de vista sobre as eleições norte-americanas, sobre a crise mundial e acerca do papel que nas condições de hoje deve desempenhar uma corrente de ideias revolucionárias.

Foi também salientada a necessidade de uma mais alargada intervenção do jornal, que deve passar por um trabalho continuado e militante dos amigos na sua redacção e distribuição.

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart
Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Francisco Raposo, Manuel Monteiro, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo
Contactos Rua João Ortigão Ramos, 19 -4.º A, 1500-362 Lisboa
 jornalmudardevida@gmail.com
 www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

12 números
 Donativo mínimo, €15
 Apoio, o mais possível

No *site* www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), para o **novo NIB** 000700000068248162223. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

APOIOS

Vendas Lisboa..... 29 €
 Donativos..... 20 €
 Total..... 49 €

Greve na Soflusa

A luta dos trabalhadores da Soflusa contra o processo de revisão salarial prosseguiu no dia 3 de Novembro com uma greve que se prolongou por 3 dias. Já nos inícios de Outubro se verificou uma greve pelos mesmos motivos, dado que a administração da empresa não atende às questões colocadas pelos trabalhadores. A adesão foi da ordem dos 100%, com os barcos parados e as bilheteiras encerradas.

Greve nos CTT

Dia 2 de Dezembro os trabalhadores dos CTT começaram uma greve de 4 dias contra a imposição do novo Acordo de Empresa, que lhes retira direitos adquiridos e os exclui do aumento salarial de 2,8% concedido a outros trabalhadores cujos sindicatos assinaram o referido Acordo. Esta paralisação somou-se a vários dias de greve e manifestações efectuadas já este ano. A greve abrangeu todos os trabalhadores dos CTT, mas foi na distribuição da correspondência que se fez sentir mais.

Generosidade

Apesar da intransigência em manter a proposta de aumentos salariais dos funcionários públicos nos 2,9%, o governo mostra-se um verdadeiro mãos-largas no que respeita ao subsídio de refeição: mais 4 cêntimos e não se fala mais nisso. A generosidade do engenheiro Sócrates não tem limites.

Duas nações

Pela segunda vez, o governo abriu linhas de crédito às empresas. Desta vez foram 1.400 milhões de euros que se juntam ao pacote de 1.700 milhões destinado às pequenas e médias empresas. Os sacrifícios impostos à população trabalhadora durante os últimos 3 anos para controlar o défice foram um modo de salvaguardar o lucro das empresas, enquanto a crise não vinha. Uma vez desencadeada, é desses mesmos sacrifícios, agora agravados, que vêm os milhões dados às empresas a título de salvamento da economia "nacional". Há assim uma nação que paga e uma nação que recebe.

Precisamos de uma vitória

Boas razões para dar todo o apoio à luta dos professores

A intransigência demonstrada pelo governo – ao declarar apoio sem reservas à ministra da Educação num conselho de ministros extraordinário, depois de mais de 90% dos professores terem estado em greve – revela a percepção de Sócrates de que uma cedência seria uma derrota e uma derrota enfraqueceria toda a política do governo. Mais uma boa razão para dar todo o apoio à luta dos professores.

A luta dos professores tem o condão de estar a isolar o Governo. Mesmo a oposição de direita, que naturalmente deveria, neste caso, cercar fileiras em torno do governo, aponta já a demissão da ministra como a maneira de evitar males maiores.

Isto acontece não só por razões de ganhos partidários mas sobretudo porque a luta dos professores chegou ao ponto em que pode escapar a controlo – no sentido em que a reivindicação profissional que tem por centro a avaliação está a ser ultrapassada pela luta política contra o Governo.

Nenhuma luta recente chegou a este ponto. Deve-se isto à grande mobilização e ao carácter maciço que a movimentação foi ganhando, e à resistência que demonstrou perante os golpes do Governo. Muito para além da capacidade directa de mobilização das estruturas sindicais, o movimento agregou a quase totalidade dos professores, como se viu pelas manifestações nacionais, pelas acções locais, pela adesão à greve – que terá sido a maior dos últimos 20 anos. Não resta portanto apoio significativo à teimosia do governo.

Mesmo as paralisações dos camionistas e dos pescadores no início do Verão foram mais facilmente toleradas pelo governo e rapidamente debeladas com uns quantos subsídios.

De facto, há no caso uma diferença importante: é que, então, tratava-se de dar resposta às exigências de um sector do patronato que trazia a reboque os respectivos trabalhadores; e agora trata-se de fazer frente a uma reivindicação de um importante sector de assalariados do Estado.

Além disto, existe o risco de os estudantes entrarem também em ac-

ção, como se viu pelas greves que realizaram há umas semanas e pelas paralisações que continuam a verificar-se, prontamente reprimidas pela polícia. Com tal apoio, uma vitória contra a avaliação dos professores poderia redundar numa marcha contra o sistema de ensino – e aí o assunto extravasava abertamente para a política do Governo.

Contra o que diz o BE (Ana Drago na RTP1 em 4 de Dezembro) a intransigência da ministra não é "incompreensível" – é perfeitamente compreensível se entendermos que pode ser a única via de ainda tentar vencer os professores, arrastando a luta e procurando cansá-los. É a maneira que o governo encontra de evitar uma derrota política. A luta dos professores poderá, com efeito, dar um sinal da vulnerabilidade do governo que desperte outras lutas. Outros sectores de trabalhadores, desanimados por derrotas sucessivas, ou por resistências sem ganhos visíveis, podem esperar essa prova de que a acção de massas tem a capacidade de os fazer ganhar onde até agora têm perdido.

Urbano de Campos



Aljustrel Que futuro para os trabalhadores das minas?

Em Maio, quando José Sócrates e Manuel Pinho assistiam ao início simbólico da produção e actividade comercial das minas de Aljustrel, o primeiro-ministro afirmou que era um “investimento ideal” para o país e que estava garantido o funcionamento da mina “pelo menos por mais 10 anos”. E augurou, então, um futuro risonho para a empresa e trabalhadores.

Vários trabalhadores, com empregos estáveis noutras empresas, enganados, vieram para as minas adquiridas pela multinacional sueco-canadiana *Lunding Mining Corporation*. Passados 6 meses, a empresa suspendeu a produção de zinco, devido, segundo a administração, ao agravamento da situação financeira, provocada pela “baixa cotação do zinco no mercado”. Centenas de postos de trabalho estão em causa.

Uma delegação de mineiros, recebida no Ministério da Economia e não satisfeita com as propostas do governo, manifestou-se junto da residência do primeiro-ministro. Tanto do encontro com um assessor de Sócrates como de nova audiência com Manuel Pinho saiu com “duas mãos cheias de nada”.

Recentemente, uma empresa nacional, a MTO, manifestou interesse em ficar com as minas de Aljustrel e o governo voltou a dar ares de que se preocupa com o caso. No meio de declarações contraditórias, veio a saber-se que a MTO, detida pelos “irmãos Martins”, seria a nova proprietária das minas de zinco de Aljustrel. Mas



como é que a exploração “não rentável” para suecos e canadianos passa a ser rentável para os manos Martins? O segredo está na cedência pelo governo de uma jazida de cobre no Gavião, cuja concessão é da Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), uma empresa de capitais maioritariamente públicos. Foi essa a condição que a MTO colocou para o acordo. Ou seja, o governo abriu mão do património de uma empresa pública para fechar o negócio. Acontece que a exploração da jazida do Gavião só terá início depois de estudos que levarão meses a concluir. Antes disso a actividade das minas não recomen-

çará, o que quer dizer que os mineiros ficarão à espera dos “estudos”.

Como pode Manuel Pinho, nestas condições, afirmar que os postos de trabalho “estão assegurados”? Com a mesma certeza com que afirmou há seis meses que a exploração de Aljustrel era um “exemplo”.

O governo, tão eficaz a resolver problemas a banqueiros e a especuladores, mostra-se incapaz de descalçar esta bota. Porque não “nacionaliza” as minas de Aljustrel, como fez com o BPN, e as põe a render juntamente com a jazida do Gavião?

Pedro Goulart

Que lata!

Por ocasião do lançamento do Boletim de Outono do Banco de Portugal, fica-se a saber que o dr. Vítor Constâncio responsabiliza o “generoso regime do subsídio de desemprego” vigente pela existência do desemprego de longa duração. Não é a primeira vez que este senhor, que recebe anualmente centenas de milhar de euros como governador do Banco de Portugal e que é detentor de diversas propriedades imobiliárias e fundos de investimentos, ousa falar contra os “salários elevados” dos trabalhadores ou os “subsídios generosos” dos desempregados. É preciso não ter nenhuma vergonha na cara! É assim o capitalismo: paga muito bem a minoria que lhe dá boas razões para pagar muito mal à maioria.

Neonazi condenado

Mário Machado, líder de um grupo de *skinheads* neonazis próximos do PNR, foi condenado a 4 anos e 10 meses de prisão efectiva pelo Tribunal de Monsanto. Vinha acusado, com outros 36 arguidos, de discriminação racial, agressões, sequestro e posse ilegal de armas. Na fase de investigação, foram-lhes apreendidas diversas armas de fogo, munições, armas brancas, soqueiras, mocas, batões, tacos de basebol e diversa propaganda racista.

Tortura em julgamento

Está em julgamento o caso dos inspectores da PJ que terão espancado (ou mandado espancar) Leonor Cipriano, mãe de uma criança desaparecida, a fim de lhe arrancar uma confissão pela morte da filha na base da qual foi condenada. É habitual ouvir queixas dos presos por espancamentos praticados por polícias ou guardas prisionais. Aliás, a Amnistia Internacional já por diversas vezes denunciou a prática de tortura em Portugal. Mas, quando tais casos chegam a julgamento, acabam normalmente na ilibação dos acusados. Ser polícia parece fornecer um salvo-conduto para a violação dos direitos dos cidadãos. Será que prevalecerá, uma vez mais, a palavra dos polícias só porque são polícias?

Patrão despede sem aviso

Polícia agride 30 trabalhadores da pastelaria *Lua-de-Mel*

Trinta trabalhadores, muitos deles com dezenas de anos de casa, da Pastelaria *Lua-de-Mel*, na Rua da Prata, em plena baixa de Lisboa, foram alvo de despedimento selvagem. O patrão anunciou o encerramento da pastelaria para limpezas, mas os trabalhadores desconfiaram. Chegaram cedo e deram com as arcas frigoríficas e outros equipamentos a serem transportados para viaturas.

Tentaram impedir a saída dos equipamentos e, então, a “nossa” Polícia de Segurança Pública veio, apressada, espancar os que defendiam a legalidade e proteger o patrão que levava a cabo um despedimento selvagem. Desde então, os trabalhadores mantêm-se em vigília junto às instalações. O Sindicato da Hotelaria promoveu, no dia 20 de Novembro, uma concentração de solidariedade que juntou aos

trabalhadores da *Lua-de-Mel* dezenas de sindicalistas e muitos populares.

Ao MV uma trabalhadora de uma loja vizinha acusou a polícia de brutalidade desnecessária e de nada fazer para repor a legalidade.

Os trabalhadores mantêm-se. Se passares por lá, dá-lhes uma palavra de solidariedade. Mudar de Vida também é isto.

Reportagem MV

Fogo sobre os serviços públicos

A governação de Sócrates tem-se caracterizado pelo maior ataque alguma vez desferido contra os serviços públicos em Portugal. Os sectores onde este ataque mais se faz sentir são os da Saúde e da Educação. Só a luta das populações conseguiu afastar Correia de Campos. Também agora, só a luta dos professores, pais e alunos conseguirá demitir a ministra da Educação e travar o descalabro para onde ela está a conduzir o ensino em Portugal. O caos nas escolas já está à vista de todos. Como estiveram as mortes causadas pelo encerramento de serviços de saúde e as falhas na rede de emergência. Mas os aspectos menos visíveis da sua sinistra actuação só com o tempo se virão a revelar. Como acontece agora com as políticas de Correia de Campos. Um relatório recentemente divulgado pela *Health Consumer Powerhouse* que analisa e compara os serviços de saúde na Europa, mostra sem margem para dúvidas que os portugueses tinham razão quando contestaram Correia de Campos. Não é por acaso que este relatório passou quase despercebido na comunicação social e não mereceu qualquer comentário dos responsáveis pelas políticas de saúde em Portugal. Ele mostra de uma forma nua e crua que as reformas na Saúde do governo de Sócrates conseguiram atirar Portugal para o fundo da tabela de classificação. Em apenas dois anos Portugal caiu do 16.º lugar para o 26.º no conjunto dos 31 países europeus analisados. Pior era difícil. Com a educação vamos seguramente no mesmo caminho. Só com a nossa luta se pode inverter o rumo traçado para o país por José Sócrates. Só com a nossa luta se podem defender os serviços públicos. Só com a nossa luta conseguiremos escapar ao desastre para onde nos querem empurrar.

Ismael Pires

Contra a privatização da recolha de lixos em Lisboa

Trabalhadores da Limpeza Urbana da CML defendem serviço público e fizeram greve de 8 a 11 de Dezembro

Várias têm sido as falsas partidas num projecto acarinhado pelos capitalistas: abocanhar os lixos da cidade, um dos sectores mais lucrativos que especialistas apontam, juntamente com a água, como o “negócio do futuro”. António Costa anunciou, na sessão da CML de 29 de Outubro, que a Baixa Pombalina vai ser adjudicada a terceiros. Alegado motivo: falta de pessoal. Estudos indicam que poderão seguir-se as avenidas da Liberdade, da República e Fontes Pereira de Mello e o Campo Grande.

Para além disso, num amplo “gesto democrático”, a CML quer celebrar protocolos com 3 freguesias, uma de cada cor política. A julgar por experiências anteriores, no âmbito dos jardins, é uma maneira de comprometer as Juntas, que acabarão por fazer a concessão a privados.

Duas ameaças

Primeira ameaça: as alterações anti-laborais verificadas no sector público põem em risco os postos de trabalho no sector: cantoneiros, motoristas, técnicos e administrativos, bem como operários da manutenção mecânica que operam para as viaturas da Limpeza Pública. Mesmo que os trabalhadores sejam transferidos para áreas “carenciadas de recursos humanos”, no final do próximo ano, quando elaborar o Mapa Anual de Pessoal, a CML pode perfeitamente chegar à conclusão que tem gente a mais e proceder à *eliminação de postos de trabalho!* Segunda ameaça: as famílias trabalhadoras e as pequenas empresas

Isto também é com os Lisboaetas

O STML está empenhado em informar e debater com a população a necessidade da defesa dos serviços públicos e lançou um blogue(*) para promover esse debate.

É fundamental que os trabalhadores que vivem e trabalham em Lisboa, as suas famílias, entendam e apoiem activamente os trabalhadores da CML, já que, a haver uma forte adesão às greves – que esperamos e pela qual lutamos – Lisboa sentirá os efeitos nas ruas e não faltará então quem agite o papão



de Lisboa ficarão sujeitas a um serviço gerido para o lucro que, obviamente, irá usar de taxas para o ir buscar. Ou seja, *as famílias trabalhadoras pagarão quer o serviço de limpeza urbana quer os lucros que as empresas definirem.*

Mobilização

O Secretariado da Comissão Sindical da Limpeza Urbana, em conjunto com a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), elaborou um plano de esclarecimento, mobilização e luta para travar as privatizações, defender os postos de trabalho e o serviço público. Realizaram-se reuniões gerais de trabalhadores que envolveram todos os serviços do sector. A culminar o processo, realizou-se um plenário de trabalhadores da DHURS do período nocturno, com mais de 300 trabalhadores presentes; e novo plenário dos trabalhadores da

DHURS com os colegas dos Jardins e Espaços Verdes – sector onde a CML, através do vereador do pelouro, o “Zé que faz falta”, está a implementar um ambicioso processo de privatização – que juntou mais de 500 trabalhadores. Nestes plenários foi aprovada uma moção que exige financiamento adequado, abertura de concursos para suprir as necessidades de pessoal e a defesa dos serviços públicos. Foi também aprovada, por aclamação, a proposta de uma série de greves entre os dias 8 a 11 de Dezembro dos trabalhadores da limpeza urbana.

Francisco d’Oliveira Raposo
Dirigente do STML, a título pessoal

Este texto, feito no início de Dezembro e publicado no site do MV, chega aos leitores já depois das greves. Divulgamo-lo, mesmo assim, por dar conta de uma acção sindical com ampla mobilização dos trabalhadores e contacto com a população.

verdes revelam que o trabalho efectuado pelos trabalhadores da CML é quatro vezes mais barato e de muito melhor qualidade do que aquele que é realizado pelas empresas concessionárias.

Convido os leitores do Mudar de Vida, particularmente os de Lisboa, a manifestarem a sua solidariedade para com os trabalhadores da Limpeza Urbana da Câmara Municipal de Lisboa.

FOR

(*) <http://emdefesadoservicopublico.nacaml.wordpress.com>

A crise: imagem da irracionalidade

Nas notícias e nos comentários sobre a crise financeira domina a ideia de que a causa do descalabro está *no comportamento* de determinados agentes económicos.

O exagero dos empréstimos de alto risco, a ganância, a falta de controlo das operações de crédito, etc., são apontados como origem do problema, e sugere-se mesmo que uma eficaz fiscalização teria evitado que se chegasse a tal ponto.

Contra isto, há que lembrar uma primeira evidência: a crise começou (e propagou-se) pelas grandes empresas financeiras, não por agiotas de vão de escada. Se o problema fosse o comportamento indevido de uns quantos marginais, o próprio sistema trataria de os pôr na ordem e nem sequer de crise se falaria. Ora, pelo contrário, com a crescente financiarização do capitalismo de hoje, essas grandes empresas tornaram-se o motor da circulação das mercadorias e do capital e, portanto, da realização das mais-valias. O seu colapso revela assim a doença que atinge, não apenas o sistema financeiro, mas o capitalismo dos nossos dias por inteiro.

A origem da crise está portanto noutra lado. Depois do surto de desenvolvimento, de cerca de 30 anos, que as destruições da segunda guerra mundial permitiram, o capitalismo das metrópoles mais desenvolvidas entrou em estagnação, com níveis de crescimento muito baixos. Subjacente à actual crise financeira está, portanto, uma crise económica que dura desde

o começo dos anos 70 e que resulta do envelhecimento do capitalismo. O capital enfrenta uma crescente dificuldade em realizar lucro porque é cada vez maior a desproporção entre as suas capacidades produtivas e o poder de compra, em declínio, das populações assalariadas. A globalização dos últimos 15-20 anos também é apontada como a causa da crise. Mas a realidade é o inverso: foi o enorme alargamento dos mercados e do crédito proporcionado pela globalização que adiou o rebentar da crise a que estamos a assistir, forjando, através do crédito, um poder de compra fictício. Não estamos pois a assistir aos males da globalização, mas ao esgotamento dos seus efeitos.

A crise é a chegada do momento do acerto de contas. Há um abismo entre, de um lado, uma massa colossal de capital sem aplicação produtiva e um volume enorme de bens invendáveis; e, do outro lado, um poder de compra da população mundial proporcionalmente muito menor (por vezes, até, menor em valor absoluto), por força do desemprego e da perda de valor dos salários reais. Colmatar esse abismo significa destruir bens, destruir capital, destruir capacidade produtiva. É esse o sentido das falências, das fusões e encerramentos de empresas, das paragens e das reduções da produção, dos despedimentos em massa que se verificam por todo o mundo.

Numa altura destas, torna-se patente a aberração e a irracionalidade do capitalismo de hoje: quando a capacidade de produção de bens úteis a toda a humanidade está no seu ponto

mais alto; quando milhões de seres humanos ainda carecem desses bens e podiam ver as suas necessidades satisfeitas do dia para a noite – é precisamente nessa altura que o capitalismo “resolve” a crise... destruindo bens e meios de produção.

A explicação desta irracionalidade é simples: o fito do capital é o de produzir lucro, não o de satisfazer as necessidades humanas; realizar lucro significa produzir bens para que sejam comprados; se em dado momento aquilo que é produzido ultrapassa o que pode ser comprado, a solução, para o capitalismo, não é distribuir mas sim destruir o que se tornou invendável e não lucrativo.

Também nestes momentos se torna mais evidente que a organização social podia ser outra. Se os meios produtivos são vastos e os bens produzidos são muitos, então baixem-se os preços. Se a produtividade é alta e prescinde de mão-de-obra, então diminua-se o horário de trabalho obrigatório e dê-se trabalho a toda a gente. Se a busca de lucro entra em choque com a satisfação das necessidades humanas, então suprima-se o lucro. Se a propriedade capitalista beneficia uma pequena classe de detentores de meios de produção, então faça-se dos meios de produção propriedade colectiva. Se o Estado mostra estar ao serviço do salvamento da economia privada, acabe-se então com este Estado e crie-se um poder que defenda os interesses das classes trabalhadoras, a maioria da população.

Manuel Raposo

Colocar as necessidades das populações no lugar do lucro

Perante a actual crise, muitas vozes clamam por um maior intervencionismo estatal e exigem a estatização de vastos sectores da economia, aquilo que chamam nacionalizações.

Estas medidas já estão em marcha. Mas a estatização não resolve o problema. Na verdade, o grande investimento que é efectuado pelos diversos actores do capital no sector financeiro e na especulação não é devido a qualquer característica malévola dos senhores do capital. Tal acontece apenas porque é na especulação e nos mercados financeiros que os capitalistas encontram as áreas de maior rentabilidade. Por isso mesmo, 90% das transacções mundiais são efectuadas em áreas meramente financeiras e especulativas. O mito do odioso especulador a efectuar manigâncias especulativas com o dinheiro dos outros, não passa, disso mesmo, de um mito.

Todos especulam, incluindo os diversos Estados. O governo português acaba de admitir que especula na Bolsa com o dinheiro da Segurança Social. Por isso mesmo, foram derretidas largas quantias, ainda não contabilizadas completamente, mas que se admite atingirem os 255 milhões de euros.

Face à necessidade especulativa que o capital utiliza como bóia de salvação, tentar obrigar o capital a submeter-se a regras que dificultem estas

lucrativas operações não resolve a questão de fundo e levará a um marasmo maior ainda. Perante uma situação desse tipo, os capitalistas reduzirão ainda mais o investimento activando a sua conhecida greve ao investimento. Não acredito, pois, que os *clowns* da política avancem nesse sentido. Considero que tudo irá prosseguir no essencial de forma semelhante, até que sobrevenha uma nova crise.

Quem pagará tudo isto serão, uma vez mais, os pobres, os indefesos e os trabalhadores iludidos como de costume. Aliás já se ouvem as vozes dos corifeus do capital a clamar por sacrifícios a favor da “economia nacional”, a folha de parra que encobre os seus interesses.

Perante este panorama entendo que a saída passa essencialmente pela luta das populações na defesa dos seus direitos. Terá de haver uma redescoberta do sentido da abolição salarial e de um caminho que proporcione uma sociedade em que o paradigma do lucro seja substituído por um outro, a *satisfação das necessidades das populações*, uma sociedade na qual os produtores/consumidores decidam o que produzir e como produzir.

José Luís Félix

Extracto de um artigo intitulado “A crise e as suas consequências”, publicado no site do MV, www.jornalmuardevida.net

idade do capitalismo



Keynes ou Marx

C Com a amplitude e a profundidade da crise que actualmente assola o sistema capitalista, a maior desde 1929, os nomes de Keynes e Marx têm andado frequentemente na baila. Keynes é referido particularmente por governantes, economistas e jornalistas, que pretendem salvar o actual sistema económico-social. Mas Marx e o marxismo, odiados pela burguesia, ganham hoje nova força sobretudo entre jovens trabalhadores e revolucionários, que rejeitam esta sociedade e procuram uma nova sociedade, liberta de opressão e de todas as formas de exploração do homem pelo homem – a sociedade socialista. A teoria económica burguesa do século XIX era a do liberalismo económico, do *laissez faire*. O melhor regulador da actividade económica era o mercado a funcionar sem interferências. O livre funcionamento do mercado daria a trabalhadores e capitalistas a sua justa retribuição. Assim, o

sindicalismo seria prejudicial. Segundo esta teoria, um excesso geral de produção não tinha cabimento nem, tão-pouco, um desemprego geral. Depois, viu-se como a teoria estava profundamente errada. E chegámos à crise de sobreprodução iniciada em 1929, com a economia capitalista a entrar em sérias dificuldades, com a produção nos EUA reduzida em um terço e o desemprego atingindo 25% da força de trabalho. O resto do mundo também não ficou imune às graves consequências da crise.

É neste contexto que surge, em 1936, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de Keynes. Com este livro, o autor não pretende pôr em causa o capitalismo na sua fase imperialista, mas, tão-só, ajudar a resolver os graves problemas com que se debatia o sistema. Algumas das receitas então prescritas por Keynes: 1) uso dos investimentos públicos para aumentar a actividade económica; 2) controlo dos investimentos por parte do Estado; 3) uma redistribuição dos rendimentos

mais favorável aos grupos de rendimento mais baixo, aumentando a capacidade de consumo popular e mantendo, assim, a procura de mercadorias.

Durante várias décadas, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, economistas burgueses e dirigentes social-democratas defenderam, ou adoptaram nos seus governos, alguns dos remédios preconizados por Keynes, visando, sobretudo, salvaguardar o sistema. Mas os remédios de Keynes só provisoriamente aguentaram as coisas. Com o passar dos anos, verificou-se que a aplicação desta teoria se transformou num obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e as classes dominantes intuíram que o recurso ao keynesianismo já não era adequado à obtenção dos elevados lucros e à acumulação de capital pretendida. Surgiram, assim, as condições para que esta teoria económica burguesa, então dominante, fosse substituída por outra.

Na penúltima década do século XX, desenvolveram-se as teorias capitalistas neoliberais, a partir de Hayek e de Milton Friedman. Com estas teorias, o mercado voltou a desempenhar o papel fundamental. Qualquer limitação aos mecanismos de mercado por parte do Estado era vista como uma ameaça à liberdade política e económica. Tais teorias conduziram rapidamente a uma concorrência feroz e a um individualismo exacerbado, ao domínio das multinacionais, assim como a uma intensa exploração das classes trabalhadoras e dos povos.

Mas agora, com a catástrofe económico-financeira recente, que afundou as teorias neoliberais, repete-se a história. Os dirigentes das classes dominantes andam às voltas, num círculo vicioso e infernal, sem saberem o que fazer. Sarkozy já fala em refundar o capitalismo. Os mesmos que ontem queriam privatizar tudo, liberalizar, desregular, voltam a lembrar-se de Keynes, assim como a recorrer desesperadamente a alguns dos remédios por ele então preconizados. Injectam milhões e milhões na economia. “Nacionalizam” bancos e seguradoras à beira da falência. Projectam grandes investimentos públicos, visando dinamizar a economia e salvar o sistema. Mas, conhecendo a história e confiando na consciência e na luta dos trabalhadores, este objectivo da burguesia está, a médio/longo prazo, destinado ao fracasso.

Em *O Capital* (1867), Karl Marx procedeu a uma profunda análise crítica do funcionamento do capitalismo, a partir da luta de classes. Mesmo passados estes anos, o marxismo – método de análise e teoria para a transformação revolucionária da realidade – pode, com os diversos contributos teóricos e práticos, com a experiência (por vezes bastante amarga) que a luta e a vida têm dado às classes trabalhadoras, assumir-se como um factor decisivo na ruptura e superação positiva das profundas contradições com que se debatem as sociedades capitalistas dos nossos dias. Na certeza, porém, que “a libertação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores”.

Pedro Goulart

O polvo SLN/BPN ou os negócios do bloco central

Os acontecimentos na SLN/BPN trouxeram à luz do dia um conjunto significativo de factos que revelam, ainda que parcialmente, até onde se estendem alguns dos tentáculos do polvo que envolve muitos nomes do chamado bloco central (PSD e PS).

No início de Novembro, o governo de José Sócrates decidia “nacionalizar” o Banco Português de Negócios (BPN). Ajustificação para este acto centrava-se na situação de falência técnica em que se encontrava o banco, com perdas acumuladas de 700 milhões de euros, na necessidade de assegurar os depósitos de alguns milhares de portugueses (incluindo as centenas de milhões de euros da Segurança Social que lá se encontravam), assim como em evitar a contaminação de todo o sistema financeiro.

Os acontecimentos dos últimos meses na Sociedade Lusa de Negócios (SLN)/BPN trouxeram à luz do dia um conjunto significativo de factos que revelam, ainda que parcialmente, até onde se estendem alguns dos poderosos tentáculos deste polvo de negócios, que envolve muitos nomes sonantes do chamado bloco central (PSD e PS). De salientar que a SLN, além do BPN, também possuía o Banco Insular (em Cabo Verde) que recebia “parte dos activos ilegais” do BPN,

assim como investimentos na Real Seguros e nas áreas de Turismo, Saúde, Indústria, Transportes, etc. Pelas empresas do grupo passaram, como presidentes ou administradores, Rui Machete (ex-ministro da Justiça e actual presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento), Manuel Dias Loureiro e José Oliveira e Costa, ex-membros do governo de Cavaco Silva, assim como Daniel Sanches, ex-director do Serviço de Informações de Segurança e ministro da Administração Interna no governo de Santana Lopes.

Sabemos que Oliveira e Costa, entretanto preso devido a diversas falcaturas, com todo o negro passado que agora se lhe vai conhecendo, contribuiu com mais de 20 mil euros para as campanhas de Cavaco Silva, Mário Soares e José Sócrates. Verdaderamente pluralista! Dias Loureiro tem-se afirmado como um homem dinâmico, rico, multifacetado: negócios e amizade com o libanês Abdul El-Assir, referido na imprensa internacional como tra-

ficante de armas e drogas; negócios com o amigo Driss Basri, ministro do Interior de Marrocos, responsável por tortura e genocídio de saraus, assim como por corrupção política; accionista com Jorge Coelho na Valor Alternativo, ligada à Valor Alcântara – empresa fortemente envolvida em grave fraude fiscal. Ainda recentemente, vimos um Dias Loureiro entusiasmado na apresentação da biografia autorizada de José Sócrates. Isto é que é actividade! E proveitos!

Daniel Sanches, especialista em informações e espionagem, actualmente procurador-geral-adjunto, foi um dos grandes responsáveis pelo suspeito negócio do SIRESP – sistema de comunicações ligado aos Serviços de Informação – entre a SLN e os governos do bloco central. Negócio que acabou por concretizar-se no governo de José Sócrates.

Uma coisa é certa: apesar da prisão de Oliveira e Costa (talvez por pouco tempo), com todos os altos interesses e personalidades do poder aqui claramente envolvidas, as consequências punitivas (jurídicas e económicas) para os responsáveis da rapina, não irão muito longe. Ou a burguesia do bloco central não ocupasse o poder, aos vários níveis!

Pedro Goulart

Uma ajudinha

O ministro do Trabalho desmentiu o presidente da Segurança Social sobre o destino de 300 milhões de euros da Segurança Social depositados no falido BPN. José Gaspar, do IGFSS, afirmou que, no Verão, o governo levantou aquela quantia, de um total de 500 milhões, quando já sabia da situação crítica do banco. Mas Vieira da Silva garantiu não ter havido levantamento, apenas um “movimento de tesouraria”.

Tesouraria ou não, o certo é que o governo tinha 500 milhões num banco especializado em tralfulhices; e que ainda lá terão ficado 200 milhões.

Isto, mais os mil milhões aplicados para salvar o BPN é para já a “nossa” contribuição, decidida pelo governo, para ajudar a trupe de Oliveira e Costa.

Sistema em pane

Num relatório de Novembro, o BPI receia que o sistema financeiro português não dê resposta às necessidades de financiamento dos privados e das empresas. Motivos: a) o crédito bancário representa 70% dos meios de financiamento da economia portuguesa, isto é, a maioria das empresas não tem meios próprios de financiamento; b) o disparar do crédito nos últimos anos não foi acompanhado pelos depósitos, o que levou a banca a endividar-se no estrangeiro; c) depois de a crise financeira ter afundado a economia, agora é a quebra da economia a retirar meios ao sector financeiro. Quem disse que o sistema financeiro português era “imune” desvalorizou os laços entre as economias do capitalismo mundial.

Racismo

O jornalista Carlos Rui Abreu, do Jornal de Notícias, conta (JN, 13 de Outubro) que uma menina cigana de 12 anos foi agraciada com o prémio destinado aos dois melhores alunos do 4.º ano da sua escola, em Fafe. Nada disto seria extraordinário se Abreu, no seu entusiasmo em realçar este caso “excepcional”, não tivesse ornamentado a notícia com o seguinte mimo: “uma aluna de etnia cigana que, contrariando a tendência das crianças da sua raça, gosta de estudar e sonha tirar um curso superior”.

Salário “justo” e desemprego “ideal”

São vários os economistas de serviço que se afadigam a demonstrar a bondade do sistema capitalista e a excelência das suas teorias económicas. Daniel Amaral tem sido um deles. E bastante persistente. Ao longo dos anos, em vários jornais e revistas (*Expresso*, *Visão* e *Diário Económico*), tem-se esforçado na defesa da competitividade das empresas, sobretudo através do recurso à diminuição dos salários. E, apesar das suas boas relações nos meios empresariais, tem procurado fazer-nos acreditar na independência das análises com que nos presenteia.

No *Diário Económico* de 3 de Outubro, a propósito da luta dos traba-

lhadores por actualizações salariais, afirma ser preferível que ela se desenrole no parlamento (em vez da rua), pondo em causa a razão de ser dessas lutas. E, sem pudor, afirma-se capaz de fazer “um comentário neutro” sobre a situação. Com alguns exemplos, procura (para ingénuos) refutar a argumentação de trabalhadores e sindicatos, chegando à iluminada conclusão que, na situação actual, os acréscimos salariais não deveriam exceder os 2-2,5%. E isto conduziria, segundo ele, ao “salário justo”.

A 10 de Outubro, no mesmo jornal, agora a propósito de competitividade e desemprego, sustenta que o objectivo não deve ser um desemprego alto ou baixo, mas um desemprego estável. Considera

que actualmente em Portugal esse desemprego deveria rondar os 6% que, na sua opinião, seria o “desemprego ideal”. Assim, para este analista, bastaria que o exército operário de reserva se situasse a este nível para que se evitassem desperdícios no sistema produtivo. Daniel Amaral, como muitos outros analistas económicos, que são porta-vozes dos interesses do patronato, não se preocupa com os graves problemas económicos e sociais que atingem os trabalhadores. Estes, que se vêem obrigados a vender a sua força de trabalho, não passam, para alguns fazedores de opinião, de meros utensílios indispensáveis ao bom funcionamento do mercado e ao lucro dos capitalistas.

Pedro Goulart

Guerra perdida

Segundo o *Sunday Times*, o general Mark Carleton-Smith, comandante das forças britânicas no Afeganistão, declarou numa entrevista que a guerra não podia ser ganha militarmente e que era desejável entrar em negociações com os Taliban.

“Não vamos ganhar esta guerra”, disse o general. “Temos de reduzi-la a um nível de insurreição que não constitua uma ameaça estratégica e possa ser controlada pelo exército afegão”. A violência no país atingiu o pior nível desde 2001.

A reputação

“Se entrarmos num período de grande recessão e de perda de empregos, mas os principais administradores continuarem a receber enormes quantias, isso será mau para a reputação do capitalismo” declarou Peter Montagnon, director de investimentos da Associação de Seguradoras Britânicas.

Pena de morte

Segundo a Amnistia Internacional, na Arábia Saudita são executadas, em média, duas pessoas por semana. A pena de morte é aplicada neste país a crimes que vão desde homicídios a alegada feitiçaria ou descrença no Corão.

Em 2007, na Arábia Saudita, a pena de morte foi aplicada a, pelo menos, 158 pessoas.

Apoio aos presos iraquianos

Em 4 de Novembro, em Bruxelas, a Comissão Mundial de Solidariedade com os Prisioneiros de Guerra e Detidos Iraquianos denunciou em conferência de imprensa a situação nas prisões do Iraque. Foram mostrados filmes e documentos sobre as práticas brutais dos ocupantes norte-americanos e dos serviços de segurança do governo iraquiano, e revelados os métodos de tortura a que os presos são sujeitos. Entre os promotores da iniciativa conta-se o dr. Abdul-Jabbar Al-Kubaisy, que se deslocou a Portugal em 2006 a convite do Tribunal-Iraque e de outras organizações por ocasião do 3.º aniversário da ocupação do Iraque.

O massacre de Bombaim

Com o que veio a público não é possível saber ao certo quem promoveu os atentados em Bombaim e para que fins. Como também não se sabe quem terá provocado os atentados que, dias depois, mataram dezenas de pessoas no Paquistão. As acusações mútuas entre Índia e Paquistão podem querer dizer que alguém procura espicaçar ódios de ambas as partes. Mas é possível colocar no tabuleiro alguns dados que ajudam a entender a moldura dos acontecimentos.

Primeiro. A Índia é o principal aliado dos EUA na região. Há acordos de colaboração militar e manobras de grande envergadura foram realizadas no oceano Índico pelas forças armadas dos dois países. Além de armamento, os EUA fornecem à Índia tecnologia nuclear, violando aliás o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Os EUA pretendem que a Índia constitua um contrapeso à China.

Segundo. O estado de guerra entre a Índia e o Paquistão dura há 60 anos, permitindo às potências ocidentais interferir dos dois lados da fronteira. Neste momento, a instabilidade política do Paquistão leva os EUA a ver nele um Estado fora de controlo e que por isso pode ter de ser “pressionado” a partir

de fora. Ninguém melhor que a Índia para o fazer.

Terceiro. O Paquistão (com uma extensa fronteira com o Afeganistão) é um território de confronto entre as forças da Nato/EUA e a guerrilha afegã. Prova recente, são os ataques a bases da Nato situadas no Paquistão: mais de 100 camiões com abastecimentos e material militar foram destruídos no passado dia 7 em Peshawar (norte do Paquistão) por combatentes afegãos, menos de uma semana após outros 10 terem tido o mesmo destino. Com apoio entre a população paquistanesa, os afegãos têm no país vizinho uma importante reta-guarda. Também por isso, a resistência afegã está a ganhar a guerra no Afeganistão.

Quarto. O recém-eleito Barack Obama não esconde o propósito de atacar o Paquistão se isso for preci-

so para “matar Bin Laden”. Essa tecla foi por ele sistematicamente batida nas eleições “em troca” da retirada do Iraque. Ora esta deslocação de forças do Iraque para o Afeganistão não tem a ver com os perigos de “terrorismo”, mas mais uma vez com a vizinhança da China. Não é certamente ao Paquistão que interessa um conflito com a Índia, quando o novo governo paquistanês procura consolidar-se. Mas, mesmo sabendo que pelo menos uma parte do apoio à acção terrorista de Bombaim veio de indianos, as pressões da parte da Índia crescem de tom acusando o regime paquistanês de “inacção face aos grupos terroristas” – exactamente a mesma acusação que os EUA vêm fazendo ao governo de Islamabad.

Manuel Raposo



A paz no Iraque é a opção

Um conjunto de activistas, responsáveis nos seus países de origem pela organização de sessões do Tribunal Mundial sobre o Iraque (que culminaram em Istambul em Junho de 2005; Declaração final em <http://tribunaliraque.info>) reuniu em Agosto último em França para debater os meios e a forma de prosseguir acções de solidariedade e contra a ocupação do Iraque. Organizados agora sob a designação «Rede Internacional Anti-Ocupação» (*International Anti-Occupation Network*, IAON) adoptaram a «Declaração de Le Feyt: A paz no Iraque é uma opção», de que foram os primeiros subscritores.

A invasão do Iraque de 2003 pelos EUA foi e continua a ser ilegal. Face ao tremendo sofrimento do povo iraquiano, os proponentes da Declaração, entretanto subscrita por mais de uma centena de personalidades e uma quinzena de

organizações, apoiam a incondicional retirada dos EUA e o reconhecimento da resistência iraquiana e definem princípios para a paz, a estabilidade e a democracia no Iraque libertado.

A soberania do Iraque está nas mãos do seu povo, que resiste à ocupação por todos os meios, de acordo com a lei internacional. O reconhecimento da resistência iraquiana é, portanto, um direito e não uma escolha. A ocupação estrangeira opõe-se aos interesses do povo ocupado, como se prova pelos 6 milhões de iraquianos deslocados, dentro e fora do Iraque, pelo assassinato planeado de académicos e outros profissionais e a destruição da sua cultura, e pelos mais de um milhão de mortos. Os EUA permanecem cegos a esta realidade, na esperança que uma “ofensiva diplomática”, na sequência da ofensiva militar, estabeleça o governo que impuseram ao Iraque.

A proposta de paz assenta em seis pontos: (1) um pacto de não agressão regional; (2) a formação de um governo administrativo temporário que crie condições para eleições democráticas e para a reconstituição de um exército nacional; (3) a reconstrução de um Estado de todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação, através dum governo soberano e livremente eleito; (4) a soberania absoluta sobre todos os recursos naturais, culturais e materiais; (5) a declaração de nulidade de todas as leis, contratos, tratados e acordos firmados sob ocupação; e (6) o pagamento de indemnizações por parte dos Estados que lucraram com a destruição e a pilhagem do Iraque.

Cristina Meneses

Subscreva e divulgue a Declaração de Le Feyt em http://www.tlaxcala.es/detail_campagne.asp?lg=po&ref_campagne=5

A força dos negros num estado cinzento

4 de Novembro de 2008. O dia começou chuvoso na Carolina do Norte, mas a maioria das pessoas estava confiante que o sol ia espregar mais tarde, com os primeiros resultados das eleições presidenciais. Desde Outubro que se vivem dias interessantes nesta parte do mundo. O estado da Carolina do Norte vota republicano desde 1976. Ainda no ano passado foi referido como “o estado eternamente republicano”. Mas nos últimos meses, a corrida presidencial ficou em aberto. E a força da mudança está nos negros e negras da Carolina do Norte.

Obama visitou o estado 33 vezes no último ano e meio. Os comícios abarrotaram, chegando às 25 mil pessoas de cada vez. Foi a curiosidade de ver a pessoa, mais do que o interesse político, que me levou a um dos comícios. Mas logo me apercebi que mais interessante do que ver “a pessoa”, era ver “as pessoas”. A maioria da assistência tinha pele escura e o seu ânimo era contagiante. Uma velhota de 70 anos que pediu a um jovem para a erguer sobre a multidão

para ver “o nosso presidente”. Uma menina de 10 anos que eloquentemente respondeu o que os pais lhe haviam ensinado: “Estou aqui porque quero ajudar a fazer história, elegendo o Sr. Obama”. Um homem de 40 anos que votou este ano pela primeira vez e “até foi fácil”.

No dia da eleição, todos queriam contribuir como podiam. Para incentivar a ida às urnas, os cafés davam abatanados de borla e as gelatarias ofereciam um cone a quem fosse votar. Os voluntários disponibilizavam uma boleia até às mesas de voto, ou melhor descrito, até às longas filas de voto. E se a

espera para poder votar foi demorada, a noite foi ainda mais lenta. Apesar de 90% dos negros, um terço do eleitorado na Carolina, apoiar Obama, a corrida foi apertada. No mapa, o estado era um dos poucos a cinzento, a marcar a incerteza. Um sentimento agridoce para quem tanto quis ver o “seu presidente”. A eleição do primeiro presidente negro, depois de 43 brancos, num país onde 1 em cada 8 habitantes são negros, é um momento memorável.

O que os norte-carolinianos esperam é que a noite do dia 4 não seja o ponto alto dos próximos 4 anos.

Rita Moura

“Acredito que a mudança seja muito grande”

Escrevo dos Estados Unidos da América. Obrigado à camarada Rita pela explicação da profundidade desta eleição nos Estados Unidos e especificamente para a comunidade afro-americana aqui e no estado da Carolina do Norte. Ajudará a compreender a situação que se vive nos EUA.

A Carolina do Norte é um dos casos mais importantes, porque faz parte da antiga Confederação e tem votado Republicano há 40 anos ou

mais, incluindo o voto pelo reacionário Jesse Helms durante 30 anos para o Senado.

A eleição de Obama não muda fundamentalmente o imperialismo e o racismo estadunidense, mas acredito que a mudança seja muito grande quando se pode escolher um afro-americano como presidente.

John Catalinotto

Editor principal do jornal Workers World – órgão do Workers World Party [EUA]. www.workers.org

Espanha: unidade antifascista

Perto de 4 mil pessoas desfilarão em Madrid no dia 11 de Novembro para assinalar o primeiro aniversário do assassinato do jovem antifascista Carlos Palomino. Actos de solidariedade verificaram-se igualmente em outros pontos de Espanha. Palomino, de 16 anos, foi morto com uma facada no coração por um militar fascista que participava, em Madrid, numa manifestação contra os imigrantes convocada pelo grupo da extrema-direita Democracia Nacional.

Polémica sobre a eutanásia

Em 1992, após um acidente de automóvel, a jovem italiana Eluana Englaro ficou em estado vegetativo. Antes, ao assistir a um caso idêntico passado com um amigo, afirmara que se tal lhe acontecesse queria morrer.

O pai, que há mais de 10 anos lutava nos tribunais para pôr termo a esta dolorosa situação, viu agora o Supremo Tribunal de Justiça italiano autorizar a retirada do tubo de alimentação que mantinha a filha viva há 16 anos. Vários membros da Igreja Católica vieram protestar contra este “assassinato”.

Claro, tanto aqui como na questão do aborto, para eles, o sofrimento e a submissão às rígidas leis da Igreja são coisas sagradas!

Marx “na moda”

«Marx está de novo na moda e a procura das suas obras em alta», explicou a um jornal alemão a editora berlinense *Schütrumpf* que já vendeu este ano 1.500 exemplares do primeiro tomo de *O Capital*, contra 500 em 2005. A editora prevê que as vendas continuem a aumentar até ao fim do ano. Os leitores pertencem a «uma nova geração de eruditos que reconheceu que as promessas neo-liberais não se realizaram», sublinhou. O próprio ministro alemão das Finanças, Peer Steinbrück, fez à revista *Der Spiegel* uma referência a Marx no contexto da crise financeira. «Certas partes da teoria de Marx não são assim tão falsas», como a que se refere à autodestruição do capitalismo por causa da sua avidez.

Mumia Abu-Jamal em risco de execução

A procuradora distrital de Filadélfia, Lynne Abraham (equivalente a procuradora do ministério público) pediu ao Supremo Tribunal dos EUA que voltasse a impor a pena de morte a Mumia Abu-Jamal. Se esse pedido for aceite, pode significar a execução imediata de Mumia, sem qualquer nova audiência ou julgamento, apesar da quantidade de novas provas que têm surgido em defesa da sua inocência. O sistema judicial norte-americano não perdoa a Abu-Jamal as suas posições revolucionárias e não desiste

de o assassinar. Entretanto, o advogado de Mumia anunciou que iria entregar, até 19 de Dezembro, no Supremo Tribunal um pedido de um novo julgamento. Este novo pedido tem por base o racismo que existiu na selecção de jurados no julgamento original e nas falsas indicações da procuradoria aos jurados na fase de decisão da culpa. São essencialmente os mesmos argumentos já usados (e negados) perante o Tribunal de Recurso de Filadélfia. Como sublinha um comunicado

difundido pelo Comité de Solidariedade Mumia Abu-Jamal, não podemos deixar que Mumia seja assassinado. Em defesa de Mumia, o dia 6 de Dezembro foi assinalado como Dia Internacional de Solidariedade com Mumia Abu-Jamal. O apelo do CSMA-J, que secundamos, dirige-se a todos os amantes da justiça e da liberdade para que cerrem fileiras em defesa de Mumia Abu-Jamal e multipliquem as iniciativas de divulgação desta causa. **Comité de Solidariedade Mumia Abu-Jamal / MV**

Mais dados sobre os voos da CIA

Depois de o governo espanhol ter dado como provado que pelo menos um prisioneiro da CIA escalou os Açores, num voo entre Guantánamo e o Cairo, o jornal *El País* revelou a existência de documentos provando a implicação do governo de Madrid nos voos da CIA. Aznar recebeu das autoridades norte-americanas comunicação dos voos e autorizou-os. E, como nota o *El País*, o mesmo aconteceu com todos os governos europeus nas mesmas condições. No caso português, a suspeita recai sobre os governos de Guterres, Durão Barroso e Sócrates, mas o seráfico ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, continua a negar a existência de provas. Esperemos. Ao ritmo a que as denúncias vão aparecendo é uma questão de tempo.

Sonho americano

Uma mãe saiu do estado americano de Michigan e percorreu mais de 1.100 km durante 12 horas para abandonar o filho de 13 anos no Nebraska, onde as leis permitem que adultos deixem crianças nos hospitais públicos sem correrem o risco de serem processados por abandono de menores. Pelo menos 18 já foram deixados em hospitais e em estações de polícia do Nebraska desde que a lei entrou em vigor.

Vozes incómodas

Na Feira do Livro de Frankfurt, o Prémio Nobel Orhan Pamuk denunciou, diante do Presidente da Turquia, «a teimosia do Estado turco em banir livros e punir escritores». Pamuk já foi processado por desafiar a versão oficial turca do massacre dos arménios, em 1915/1917. Roberto Saviano, escritor napolitano de 29 anos, autor de um livro transposto para o cinema sobre a Camorra (máfia napolitana), vai ter de abandonar Itália para escapar a múltiplas ameaças de morte. Saviano vive escondido num edifício da polícia, em local não identificado, e a única ligação que tem ao exterior é feita através do telefone. «A minha vida não é vida. Eu vivo num caixão», disse à BBC.

A marcha do mundo força os EUA a mudar

O mundo está a mudar e por isso os EUA estão a ter que mudar. E por isso também surge, neste momento, o “fenómeno” Obama. Não é a mudança na “América” que vai mudar o mundo, é a mudança no mundo que está a forçar a “América” a mudar.

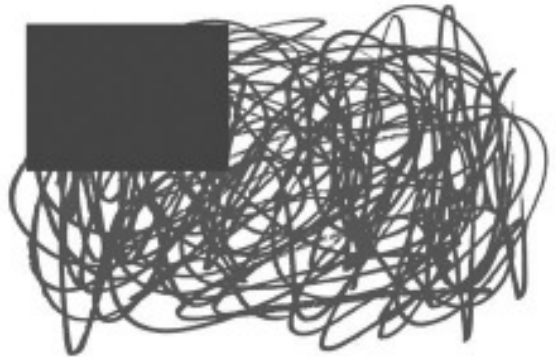
Depois de, nas duas décadas recentes, os EUA terem dominado o planeta aparentemente sem competidores, os grandes centros capitalistas surgem abertamente a questionar a hegemonia norte-americana. Não só o Japão e a União Europeia, como há uns anos atrás (mesmo de forma vacilante), mas também agora uma China que inunda o mundo de bens de consumo, ou uma Rússia reunificada e reabilitada (até do ponto de vista militar).

E ainda – precisamente porque a competição entre os grandes proporciona aos demais espaço de manobra – a Venezuela, a Bolívia, o Irão, a Índia, o Brasil, a República Sul Africana, que procuram afirmar vias próprias de desenvolvimento capitalista.

A capacidade dos EUA de mandarem no mundo entrou, pois, em declínio visível, com a particularidade de a presente crise global dos negócios vir pôr a nu a fraqueza endémica do capitalismo norte-americano.

Duas frentes de guerra perdidas, decadência económica patente, competidores a disputar abertamente os terrenos de caça dos EUA – são os factores que levam uma parte da classe dominante norte-americana a farejar a inevitabilidade de uma adaptação às novas condições.

Obama acabou por se afirmar como a melhor aposta para essa adaptação. A sua candidatura não surgiu de um movimento de base popular que o impusesse, mas ganhou vastos apoios que exprimem o descontentamento das massas (particularmente entre os negros e os jovens) e que a tornaram imbatível. Diante do desgaste da guerra, do abandono a que foram votadas as vítimas da Katrina, da penalização da crise económica, a vontade de mudar agitou os norte-americanos



das classes mais baixas. Mas este facto, precisamente, reforçou na camada dirigente norte-americana a necessidade de tornar Obama de potencial “candidato do povo” em eficaz candidato do regime – de um regime que teve de se afirmar, perante as circunstâncias, em “renovação”. Os riscos da campanha de Obama não residiam no seu programa nem nos seus propósitos, que afirmavam o essencial da linha seguida pelo imperialismo norte-americano – residiam na possibilidade de dar corpo a uma onda de massas e de, por essa via, levar a população a crer que o seu futuro poderia depender da sua própria iniciativa, por muito limitados que fossem os resultados.

Os apoios a Obama de republicanos de peso como Colin Powell ou Francis Fukuyama, ou de órgãos de imprensa conservadores, ou a afirmação assassina de Karl Rove (o chefe das campanhas eleitorais de George Bush), feita na véspera do escrutínio, de que Barack Obama iria “arrasar” McCain – têm de ser entendidos como uma forma de a direita norte-americana absorver Obama e lhe retirar o potencial “subversivo” que poderia assumir se ele fosse um vencedor apenas apoiado pela vontade de mudança das massas. Com tais apoios, a vitória de Obama tornou-se um eco da vontade de mudança das massas entrelaçado com o eco da vontade de “mudança” das classes dominantes. Ou seja, foi neutralizada enquanto eventual contestação do regime. Não é difícil prever que Barack

Obama, que já de si não se propunha revolucionar nada, será agora objecto de um processo de afeiçoamento da parte de todo o *establishment*, por forma a que ele faça cabalmente o que todos os inquilinos da Casa Branca são chamados a fazer (se não quiserem levar um tiro): dar continuidade, com o mínimo de adaptação que as circunstâncias actuais requerem, à política das forças que dominam os EUA.

A imediata oferta de franca co-operação da direita e dos republicanos é isso que traduz. E tudo leva a crer que tal disponibilidade não representa apenas uma manobra de alcance partidário, mas corresponde à necessidade de unidade política, de criação de uma frente unida, sentida pelas classes dominantes norte-americanas perante as adversidades históricas que enfrentam.

Obama tem, assim – uma vez eleito e tornado, portanto, responsável por evitar rupturas na política norte-americana – todas as condições para (com as devidas distâncias) constituir para a população trabalhadora, e designadamente os negros, dos EUA a mesma desilusão que Lula da Silva constituiu para os trabalhadores brasileiros.

Mas, como se disse de início, os EUA estão a mudar porque as mudanças no mundo a isso os obrigam. E, portanto, independentemente dos arranjos que as classes dominantes norte-americanas façam para que o essencial continue na mesma, a marcha do mundo vai forçar os EUA a perder a sua posição de imperialismo dominante.

Só não se sabe ainda com que custos e em que prazo.

Manuel Raposo

Palestina

Os colonatos são a essência do sionismo



O título deste artigo deve parecer despropositado, no momento em que a polícia israelita, numa operação-relâmpago, invadiu e desocupou o edifício de Hebron que se encontrava ocupado por cerca de duas centenas de colonos. O edifício, cinicamente baptizado pelos colonos como “Casa da Paz”, era propriedade de um palestino que nega tê-lo vendido. Os colonos instalaram-se nele e afirmaram tê-lo comprado. O Supremo Tribunal israelita ordenou a sua evacuação, até que uma instância judicial inferior decidisse sobre o assunto. Os colonos recusaram sair e a questão arrastou-se durante várias semanas. Aos colonos nunca terá passado pela cabeça que o ministro israelita Ehud Barak decidisse expulsá-los pela força. Toda a experiência anterior lhes ensinava a esperar o contrário. O exército e a polícia protegem-nos sistematicamente, quando arrancam as oliveiras, destroem as colheitas e matam o gado dos palestinianos, quando apedrejam ou incendiam as casas dos palestinianos, quando agredem crianças a caminho da escola e pacifistas judeus vindos a Hebron em solidariedade com a maioria palestiniana. Só através dessa sistemática protecção militar-policial se explica que 600 colonos residentes em Hebron possam aterrorizar diariamente uma população palestiniana de 170.000 pessoas. E só assim se explica que muitas vezes os habitantes palestinianos em zonas mais cobiçadas da cidade sejam obrigados a partir e se alegue depois que “venderam” as suas casas.

A política dos sucessivos governos israelitas, com destaque para o próprio Ehud Barak, tinha sido a de encorajar os colonos a ocuparem cada vez mais território, mesmo nos muitos casos em que depois não conseguem digerir esse território e acabam por deixá-lo ao abandono. A prioridade é expulsar os

palestinianos – depois se verá o que fazer com as suas terras. Não admira portanto que os colonos se sintam credores de um apoio incondicional dos governos israelitas, sejam quais forem as atrocidades que lhes ocorra cometerem. Ainda nesta semana, o presidente Shimon Peres, em visita a Londres, dera uma justificação para a prolongada inacção das autoridades israelitas no que diz respeito à aplicação da ordem de despejo do Supremo Tribunal israelita. Segundo Peres despudoradamente afirmou perante a Câmara dos Comuns, Israel teria muita dificuldade em dismantlar os colonatos “sem causar uma guerra civil”. E quem vai querer uma guerra civil entre israelitas, só para ser cumprido o chamado direito internacional?

Terá a decisão do colonizador Ehud Barak e do demissionário Olmert, ao ordenarem a evacuação do edifício, surpreendido Peres? Não o sabemos. A explicação só pode residir na insegurança que ainda sente o governo israelita após a eleição de Obama. Como ainda está a apalpar o terreno e a ver até onde poderá ir com a nova Administração, o governo israelita quis dar aos colonos uma pequena lição: que só devem colonizar quando são mandados. E que os imperativos da alta política internacional podem por vezes impor alguma contenção à sua voracidade territorial insaciável. Sendo, assim, a pergunta pertinente não é sobre o motivo que levou Barak a ordenar a evacuação de 200 colonos de Hebron. A verdadeira pergunta é aquela outra, já respondida por Peres na visita a Londres: se a evacuação dos 200 demorou tanto tempo e evidenciou tantas hesitações, como poderá algum dia o sionismo evacuar os colonatos onde ele próprio instalou mais de 200 mil?

Não irá nunca evacuá-los, porque esses colonatos são a essência mesma do sionismo e só deixarão de existir quando ele for derrotado.

António Louçã

Bons ventos

Em 11 de Novembro, mais de um milhar de trabalhadores espanhóis desfilaram em Barcelona, desde o centro da cidade até à sede da Nissan, protestando contra o despedimento de 1.680 trabalhadores da empresa, cerca de 40% dos efectivos. Sem temerem o dispositivo policial, os manifestantes atacaram o edifício com pedras, garrafas e até com as próprias barreiras metálicas que a polícia tinha colocado no local. Ao abrigo de legislação que permite o despedimento colectivo, a Nissan anunciou o despedimento, ainda este ano, de 1.288 trabalhadores e de mais 392 no ano que vem – invocando como razão “garantir a viabilidade da empresa”. Processo idêntico foi anunciado por outros fabricantes de automóveis em Espanha, fazendo prever consequências terríveis para milhares de trabalhadores.

A Ford anunciou em Setembro o despedimento de 1.300 efectivos e a General Motors Espanha cerca de 600, enquanto a Seat decidiu reduzir a produção. Os trabalhadores reagiram de forma maciça e violenta, não ligando aos paliativos propostos pela Nissan de conceder reformas antecipadas aos trabalhadores com mais de 55 anos e de recolocar alguns dos agora despedidos noutras fábricas.

Desde 6 de Dezembro, milhares de manifestantes protestam contra a polícia em várias cidades da Grécia, lançando pedras e bombas incendiárias.

Dezenas de lojas, bancos e viaturas foram danificadas pelo fogo e mais de 20 polícias ficaram feridos. A onda de indignação contra as forças repressivas e o governo de direita cresceu poucas horas após o assassinato pela polícia de um jovem de 15 anos nas ruas de Atenas.

UC / PG

DITO

Legalmente é um advérbio robusto, aguenta com tantas fortunas!

Balzac (em *Les Paysans*)
Escritor francês (1799-1850)